



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

### ATA N.º 3/2015

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL 2015**

**PRESIDENTE DA MESA**

**Manuel Augusto Meirinho Martins**

**SECRETÁRIOS:**

**1.º Secretário – Joaquim Lourenço da Brázia**

**2.º Secretário – Sara Ramos Bilo**

**JUSTIFICARAM A FALTA:**

**António Luís Miranda dos Santos Serra** (*substituído por Joaquim Lourenço da Brázia*)

**Ana Luísa Esteves D'Almeida Gomes** (*substituída por Marisa Sofia Gonçalves Martins*)

**Carlos Manuel Luiz** (*substituído por Nuno Alexandre Sanches Teixeira*)

**Manuel Joaquim Fogueiro Rito** (*substituído por Tânia Cristina Pires Leal*)

**Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva**

**Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** (*substituído pelo Secretário, Francisco Afonso Bárbara Leitão*)

**HORA DE ABERTURA:**

**Vinte Horas**

**LOCAL:**

**Sede da Associação Etnográfica de Sortelha**



Às vinte horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão, tendo cumprimentado os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio. Deixou ainda um cumprimento particular à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha por ter acolhido a presente Sessão da Assembleia Municipal na sua Freguesia e por terem sido recebidos pelo Grupo Etnográfico de Sortelha. Referiu que estava de parabéns não só pela receção e pelo acolhimento, mas também pelo Grupo renovado que atuara e no qual tinha visto sete ou oito crianças que dançavam muito bem. Aproveitou, a oportunidade, para informar todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que reunissem condições e pretendessem a realização de uma Sessão da Assembleia Municipal nas suas Freguesias, que fizessem chegar à Mesa da Assembleia o respetivo requerimento pois, no seu entender, não era uma obrigação, mas sim um dever desta Assembleia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO I** -----

**I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015 E DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14/03/2015;** -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse terem sido enviadas as atas a todos os Membros da Assembleia, tendo perguntado se algum Membro da Assembleia pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência de inscrições, foi dada a palavra a: -----

**Joaquim Carreto**, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, enumerou algumas imprecisões, nomeadamente na sua intervenção constante na página 2 da ata da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015, quando referia “*Dado terem todos recebido a ata completa à exceção do senhor Joaquim Carreto, solicitou ao pessoal de apoio que fizessem chegar a ata com toda a sua paginação ao respetivo Membro*” o que não tinha acontecido. Continuando, referiu que, no último parágrafo da página 26, na intervenção do senhor Presidente da Assembleia, onde constava: (...) *na altura em cima da hora achei que tinha havido violação* (...) deveria constar “(...) *na altura, em cima da hora, achei que não tinha havido violação* (...)” e na página 30, na sua intervenção onde constava “(...) *sendo necessário que os funcionários da empresa tivessem consciência disso, pois qualquer funcionário que estivesse na mobilidade*”

ficava (...)", deveria constar: "(...) sendo necessário que os funcionários da empresa tivessem consciência disso, pois qualquer funcionário que estivesse na mobilidade ficava à frente deles no concurso(...)". Para terminar a sua intervenção disse ser com agrado que a ata roçara a perfeição, esperando que as suas intervenções tivessem contribuído para esse efeito. -----

**Celino Augusto** tomou a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, em primeiro lugar, agradeceu às pessoas de Sortelha pela forma como os receberam, mas em Sortelha também não seria de esperar outra coisa. Em relação à ata da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015, disse: *“Tenho lá falta na ata mas, efetivamente eu não faltei. Comuniquei a minha substituição e fui substituído. Agora entendo a confusão que o senhor Presidente da Assembleia fez em relação ao meu pedido de substituição na altura porque, na ata, consta aqui que quem é substituído falta, mas efetivamente quem é substituído não falta, ou seja, ou é substituído ou falta, as duas coisas não pode ser. Aliás, a substituição está prevista no artigo 5º do Regimento e as faltas estão previstas no artigo 43º, onde estão bem definidas. Uma das competências da Mesa é também a justificação de faltas mas, em lado nenhum consta a justificação das substituições. Portanto, é para dizer: Eu não faltei. Fui substituído.”* Em resposta o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que na página 1 da ata referida constava o nome de Celino Augusto substituído por Nuno Alexandre Sanches Teixeira, estando correto. Não constava que o Membro da Assembleia faltara, mas sim que tinha justificado a sua falta e designava quem o substituíra. As pessoas que estavam convocadas, eleitas efetivas, quando eram substituídas, a referência feita não era que tinha faltado, mas sim que justificaram a sua falta, sendo este o teor de todas as atas que consultara e nunca ninguém levantara nenhum problema relativamente a esta referência. ----- Retomando a palavra, o senhor **Celino Augusto** disse nunca ter reparado nesse pormenor e sempre comunicara a sua substituição da mesma forma. Mas, na última Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia queria saber qual o motivo da substituição, ao qual lhe respondi ser por ausência, ao abrigo do artigo 5.º do Regimento. Para terminar, disse que se deveria ter muito cuidado, pois uma situação mal interpretada poderia colocar em causa a legalidade das deliberações e mesmo a validade das Assembleias. O senhor **Presidente da Assembleia** em resposta e para que ficasse claro, disse que não havia nenhuma falta do senhor Celino Augusto. A referência das atas sempre foi: “Justificaram a Falta”. Não queria dizer que o Membro faltou, mas tinha de ser declarado na ata que o Membro efetivo foi substituído. Logo, a falta estava justificada por inerência. O procedimento era este em todas as Assembleia Municipais. O que efetivamente constava era que a ausência na Sessão estava justificada pela substituição. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou as **atas à votação pela seguinte ordem:** -----

**Sessão Ordinária realizada no dia 27/02/2015;** -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 27/02/2015**, com as correções efetuadas pelo senhor Joaquim Carreto. Não participaram na votação desta ata o senhor José Robalo e o senhor Celino Augusto, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo;-

**Sessão Extraordinária realizada no dia 14/03/2015.**-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata, com uma abstenção do senhor José Robalo. Não participaram na votação desta ata o senhore João Manuel Manso Dias, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa, senhora Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro, Carina Marques Rocha Fernandes, Patrícia Isabel Santos Quintalo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo; -----

**PONTO 2** -----

**EXPEDIENTE** -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia**, antes de dar conhecimento do expediente recebido, informou que relativamente à votação das atas e de acordo com o Novo Código do Procedimento Administrativo, publicado em 07 de janeiro do corrente ano, no seu artigo 34.º, só poderão votar os Membros da Assembleia que tiverem participado na respetiva Sessão. -----

De seguida deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Convocatória para a Reunião do Conselho Municipal de Educação** que se realizou no dia 08 de abril de 2015, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro; -----

➤ **Intimação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco**, dirigida ao senhor Presidente da Assembleia, **para prestação de informação e passagem de certidões**, remetida pelo Membro da Assembleia, Carlos Luiz, a propósito do envio da gravação da Assembleia

Município de Sabugal



Municipal, cuja ata foi aprovada no Ponto I do Antes da Ordem do Dia da presente Sessão. Relativamente a este assunto informou os Membros da Assembleia que a gravação foi remetida precisamente no dia em que a intimação deu entrada no Tribunal; -----

- **Ofício da Assembleia Municipal de Viseu a enviar Moção alusiva ao Combate à Corrupção;**
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por **António Luís Miranda dos Santos Serra**; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por **Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva**; -----
- Ofício da **Junta de Freguesia de Bismula** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Freguesia, Francisco Afonso Bárbara Leitão**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----

Finda a leitura do expediente, informou da apresentação à Mesa da Assembleia de uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. De seguida, deu a palavra ao 1.º Secretário para proceder à leitura da Moção que a seguir se transcreve: -----

-----“ **MOÇÃO** -----  
*Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril* -----

*A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.*-----

*O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.*-----

*Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros*



*do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.*-----

*Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.*-----

*Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia.*-----

*O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.*-----

*A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.*-----

*Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Sabugal reunida a 30 de Abril de 2015, delibera:-----*

*Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pugnar pela defesa do Poder Local Democrático, não aceitando a sua asfixia financeira e a sua submissão a princípios economicistas.*-----

*Os membros da CDU eleitos na AM do Sabugal:-----*

*João Carlos Tabora Manata-----*

*João Manuel Aristides Duarte.* -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a **Moção** à votação, tendo sido apurado o seguinte resultado: vinte e seis votos contra, seis abstenções e vinte e seis votos a favor. Tendo-se verificado empate na votação, o senhor Presidente da Assembleia informou que se iria repetir a votação da Moção. Neste momento, deu entrada na Sessão da Assembleia Municipal, o Membro da Assembleia Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro. De seguida, foi feita nova votação tendo a Moção sido **rejeitada**, por maioria, **com vinte e oito votos contra, cinco abstenções e vinte e sete votos a favor**; -----

Finda a votação da Moção, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra aos seguintes **Membros da Assembleia**: -----

**João Manata** para, depois de cumprimentar os presentes e agradecer a Sortelha a forma como os tinham recebido, dizer ao senhor Presidente da Assembleia que deveria ter posto a Moção primeiro à discussão. De seguida, disse “*Não sei como é que uma pessoa não sabendo do que se trata vota. Não sei o que a nível de legalidade será? É uma questão a vermos, senhor Presidente, pois uma pessoa que não sabe o que se está a votar, vai votar? Há aí qualquer coisa estranha. Por um lado fiquei muito satisfeito ao rejeitarem esta Moção, porque vi a coerência de certos democratas nesta Assembleia.*” -----

Seguiram-se aplausos por parte de vários Membros da Assembleia, tendo o senhor **João Aristides Duarte** transmitido ao senhor Presidente da Assembleia que se podiam bater palmas. -----

O senhor **João Manata** acrescentou ainda: “*Cada um vota como quer e como lhe apetece. Por isso estamos em democracia, mas faz-me lembrar o senhor Primeiro Ministro, Passos Coelho, com o cravo vermelho ao peito, que não lhe diz nada. É um cínico. Pelo menos, o Cavaco Silva não o é, que não o usa. As pessoas nesta Assembleia que votaram contra esta Moção também mostraram que não são democratas, e muito bem, pois cada um tem o direito de ser aquilo que quer.*” -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, em resposta ao senhor João Manata, disse que não iria entrar em discussão sobre os assuntos abordados na sua intervenção, porque não tinha sido eleito para julgar consciências. Era livre de fazer a sua interpretação e considerava que os Membros da Assembleia tinham o direito de crítica e de opinião, mas não o julgamento da decisão dos outros, pois isso era um problema de consciência que deveriam respeitar. -----

Dirigindo-se ao senhor João Manuel Aristides Duarte, disse que não iria quartar os Membros de qualquer manifestação efusiva. -----

**Marisa Martins**, depois de cumprimentar os presentes, pediu ao senhor Presidente da Assembleia para informar novamente os resultados das votações da Moção. Pois, pelas suas contas na primeira votação, tinham votado cinquenta e oito Membros da Assembleia e, na segunda votação, tinham votado sessenta Membros da Assembleia. Atendendo a que estava apenas uma pessoa ausente “*tinha nascido uma! Pois a matemática, nestas coisas, não falha.*” -----

Depois de cumprimentar os presentes e agradecer a receção que tiveram em Sortelha, **Nuno Teixeira** disse “*Senhor Presidente falou em coerência e acho que sou uma pessoa coerente ou pelo menos tento ser, sempre, mas acho pouco coerente que se tenha discutido em algumas Assembleias as idas à casa de banho, porque isso implicaria que nas votações houvesse gente ausente. Então, pergunto qual é a coerência numa votação (tudo bem é a votação de uma Moção, mas poderia ser a votação de uma situação importantíssima para o futuro do Concelho, como já aconteceu e continuará a acontecer nesta Assembleia) quando, a meio de uma votação, se insere um voto quando, ainda por cima, havia um empate. Se estivéssemos a falar de uma diferença de dez, quinze votos, é indiferente, é irrelevante. Agora, numa questão de um empate, inserir um voto a meio da votação, não há coerência.*” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ser um problema que não iria interpretar pois, de acordo com o Regimento, tinham de aceitar a entrada de qualquer Membro da Assembleia, sem marcação de falta, até terem decorrido trinta minutos do início da Assembleia e a senhora Membro da Assembleia entrara dentro desse período, pelo que teria todo o direito de votar, tratando-se de um problema de consciência que não iria discutir. -----

Quanto à questão da contagem, poderá ter havido um erro humano na primeira contagem. A segunda contagem tinha sido feita por três pessoas, considerando-a válida. -----

De seguida, deu a palavra ao senhor **João Aristides Duarte** que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que nos termos do Regimento o senhor Presidente da Assembleia deveria ser o último a votar. No entanto, assim que colocara a Moção à votação, o senhor Presidente levantou o braço. Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse desconhecer que tipo de discussão pretendia trazer à Assembleia pelo facto de ter votado em simultâneo. Era verdade que a Mesa da Assembleia votava em último lugar, mas não queria chegar ao ponto de ter à sua frente um



cronómetro para saber quem vota primeiro e quem vota em último. Para si não influenciara o sentido de voto. -----

**José Robalo**, depois de cumprimentar os presentes e agradecer a forma como tinham sido recebidos em Sortelha, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, disse que não tinham votado uma Moção no sentido de saber se estavam contra ou a favor do 25 de abril, pois não deveria haver uma única pessoa que estivesse contra o 25 de Abril. Continuando, disse *“Somos todos a favor das liberdades de Abril, dos direitos, liberdades e garantias. As conquistas de Abril. O que não estamos todos de acordo é de uma Moção de Censura ao Governo da República. Nós apoiamos o Governo que neste momento nos governa em Portugal e a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU foi uma Moção contra o Governo e por isso nós votámos contra. Era só este esclarecimento que queria prestar para que ficasse claro nas mentes de toda a gente qual é a nossa posição.”* -----

Foi apresentada pelos Membros eleitos pelo Partido Socialista (Joaquim Carreto, João Dias e Luís Gonçalves) a seguinte proposta: -----

*“Na sequência de anteriores intervenções e no sentido de ir ao encontro das solicitações feitas por V. Ex.ª indicamos, para integrarem a futura Comissão de elaboração/atualização do Regimento desta Assembleia, os seguintes elementos: -----*

*Filipe Pereira Gonçalves -----*

*João Manuel Manso Dias -----*

*Joaquim António Pires Carreto -----*

*Nesta conformidade aguardamos que o senhor Presidente da Assembleia providencie no sentido de sensibilizarem os outros partidos a indicarem os seus representantes para integrarem a Comissão.”-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** reiterou o que tem referido nas últimas Sessões relativamente à necessidade de alterar o Regimento vigente. No entanto, a iniciativa deve competir aos Grupos Municipais. Mencionou ainda ser contra alterações pontuais num Regulamento que deve ser estruturante. Da sua parte aceitava, com muito gosto, o facto de o Partido Socialista ter sido o primeiro Grupo a fazer uma proposta de Membros, deixando o repto aos outros Grupos para que fizessem o mesmo, porque todos tinham de dignificar a Assembleia. A atualização do Regimento

exigia muito tempo, diálogo e grupos de trabalho que tivessem capacidade para refletir, sobretudo a pensar na Assembleia e não nos Grupos Municipais.-----

**PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS** -----

Antes de dar início à discussão deste ponto, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que de acordo com o Regimento, este período deveria durar no máximo uma hora. No seu entender, este período deveria ser feito por Grupos Municipais e não por pessoas individualmente. Embora para encerrar este ponto faltassem cerca de quinze minutos, iria ser condescendente e daria trinta minutos para este ponto. -----

De seguida, deu início à discussão do Ponto 3 – Assuntos Diversos do Período do Antes da Ordem do Dia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se. Usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha**, depois de cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: *“Em nome da Junta de Freguesia de Sortelha, agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal ter aceite o convite para a realização desta Assembleia na Freguesia de Sortelha. Quero também agradecer à Associação Etnográfica de Sortelha pela amabilidade que teve em ceder este espaço para a realização da Assembleia Municipal hoje. Espero que tenha sido do vosso agrado a receção feita pelo Rancho Folclórico de Sortelha que nos brindou com uma pequena mostra do nosso Folclore, da divulgação e promoção de Sortelha em atuações de norte a sul do país e também no estrangeiro.* -----

*É um orgulho para nós, Junta e população, termos na Freguesia cinco Associações com dinâmica e atividades, com constantes programações de eventos, quer culturais, quer desportivos, e que espalham o bom nome de Sortelha e do Concelho do Sabugal nas várias atividades que desenvolvem.* -----

*Porque a Freguesia é constituída pela Sede de Freguesia e por mais cinco anexas: Azenha, Caldeirinhas, Quarta-Feira, Dirão da Rua e Ribeira da Nave, quero aproveitar esta oportunidade para fazer referência a alguns assuntos importantes, se calhar um bocadinho mais dirigidos ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo.* -----



1. *Saneamento da Quarta Feira, senhor Presidente da Câmara, há alguma novidade, programação ou reprogramação? -----*
2. *Temos ainda na Freguesia algumas Quintas sem água da rede pública. Uma das Quintas, a Vinha Redonda, tem rede de água instalada mas, o facto é que a água não chega à casa das pessoas; -----*
3. *Na Quinta da Póvoa, a água para consumo doméstico é ainda proveniente de poços e furos; ----*
4. *A Freguesia de Sortelha tem várias dezenas de quilómetros de caminhos agrícolas que requerem uma constante e dispendiosa manutenção e que, infelizmente, nos últimos anos, o Executivo não apoiou como solicitado para o arranjo em betuminoso por exemplo. Fica mais uma vez o pedido, senhor Presidente, olhe com atenção e um bocadinho mais para os caminhos da nossa Freguesia. Gostaria de perceber, ainda neste contexto, qual o critério para a cedência das máquinas do Município, a retroescavadora, o camião, etc., pois as máquinas quando nos são cedidas, vêm e é ao Sábado, porque nós Junta suportamos os custos dos operadores; -----*
5. *Vi no Domingo passado alguns ferros no Largo do Corro, intramuralhas, logo à entrada, suponho eu, para “estacionar” as bicicletas. Pode dizer-me se foi a Câmara que mandou colocar estes ferros? Refiro isto, porque já é um hábito, na minha opinião um mau hábito, fazerem-se coisas em Sortelha e a Junta de Freguesia de Sortelha não ter qualquer informação ou comunicação do que vão fazer. Não estamos contra o que se faz, pelo contrário, mas como deve entender, nós, Junta de Freguesia representamos a Freguesia e a população. As pessoas perguntam-nos o que é que está a acontecer. Quero acreditar que não é feito por mal, nem com segundas intenções mas, depois de serem advertidos para tantas situações idênticas a do exemplo que dei atrás, o dos ferros das bicicletas e continuar-se a fazer sem se dar “cavaco a ninguém” está mal. -----*

*Termino assim a minha intervenção, fazendo votos para que esta Assembleia decorra com normalidade e dizendo que é e sempre será com agrado que recebemos em nossa casa todas as pessoas, instituições e entidades, quer em situações de trabalho, quer em situações de lazer.” ---*

*Finda a intervenção, houve aplausos de toda a Assembleia. -----*

**Luís Filipe Pereira Gonçalves**, depois de cumprimentar os presentes, disse: *“Estar aqui, hoje em Sortelha significa estar envoltos em História, comprometidos com a força de um povo que de tudo tem feito para enaltecer não só a Freguesia, mas também todo o Concelho.* -----

*Sortelha é hoje a maior montra viva do Concelho do Sabugal, nunca se despindo das suas responsabilidades, conseguindo encantar muitíssimos Portugueses e cada vez mais estrangeiros. ---*

*Fala-se desta Aldeia Histórica em todo o país e em muitas partes do mundo, pela sua beleza e excelente estado de conservação mantendo toda a traça medieval.* -----

*E falar de Sortelha é falar do Sabugal, é falar de boa gente, gente de coragem, de carácter, de dignidade e de fortes convicções.* -----

*Obrigado Sortelha pelo que tens feito e lutado pelo Sabugal.* -----

*Obrigado Sr.º Presidente da Junta, cara Eng.º Fernanda pela forma responsável e inteligente como tem sabido liderar destinos desta tão nobre Aldeia Histórica.* -----

*É sobretudo com este espírito e empenho que definitivamente todos nós temos a responsabilidade de assumir a luta pelo desenvolvimento do Concelho, falando a uma só voz no que toca a temas como crescimento económico, criação de postos de trabalho, fixação de empresas, dinamização e divulgação da marca Sabugal e o mais importante de tudo, concretizando projetos palpáveis e de valor acrescentado para o Concelho.* -----

*Com a dimensão dos fundos comunitários, concretizáveis no PDR2020 e Centro2020, abrem-se as portas a novos projetos e desafios e não podemos cair no ridículo de devolver milhões de euros como aconteceu no PRODER e QREN, aproveitando assim as oportunidades que serão proporcionadas.* -----

*É urgente criar uma rota turística concertada para todo o Concelho, porque o facto é que o importante é as pessoas visitarem o Sabugal no seu todo e não só virem visitar Sortelha, ou Alfaiates, ou Vilar Maior, ou qualquer outra das Freguesias isoladamente. Há que em cada uma das Freguesias do Concelho criar condições de marketing e publicidade, capazes de apresentar o melhor que cada uma das outras tem para oferecer a quem as visita.* -----

*A isto chama-se estratégia global de desenvolvimento turístico. Poder em cada uma das freguesias ficar-se a saber o que a outra tem de melhor para oferecer e assim fazer e criar a circulação de turistas e visitantes entre elas. -----*

*Porque não aventurarmo-nos numa aventura medieval em Sortelha, seguida de uma Tibornada num dos lagares de Azeite do Casteleiro ou da Bendada e após visitar a nascente do Côa nos Fóios, terminando com uma caminhada até ao Sabugal Velho em Aldeia Velha. -----*

*Esta seria uma proposta entre muitas outras, passando obviamente pelas Termas do Cró, por todas as outras Aldeias Históricas do Concelho, enquadrando também o tão bem recebido BTT, as antigas Rotas do Contrabando, a degustação dos nossos produtos endógenos, mas o que fica é que hoje temos que funcionar em rede e não isoladamente, sob pena de agravar o nosso isolamento. ----*

*Enfim, uma rede integrada e organizada de roteiros turísticos, onde se possa passar não só um dia ou dois no Concelho, mas sim vir de férias á descoberta do Sabugal. -----*

*Esta é uma proposta para o Turismo, um turismo global, mas Concelhio. -----*

*Seguramente em próximas Assembleias, iremos trazer outras propostas, noutras áreas, para que possam ser apresentadas e discutidas. -----*

*Este é o nosso atual compromisso, trazer ideias, ideias para que sejam discutidas e porque não com o trabalho e propostas de todos serem melhoradas.”-----*

Antes de passar a palavra ao Membro da Assembleia seguinte, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que os tempos tinham limites, não sendo possível gerir a Assembleia para que todos pudessem participar, se todos queriam ultrapassar as regras que estavam estabelecidas. O tempo era distribuído equitativamente entre todos os que pediam a intervenção. Se não respeitavam a distribuição de tempo feita pelo senhor Presidente da Assembleia, não passaria a palavra. Todos os Membros que se inscreviam para intervir tinham as suas intervenções preparadas, podendo ajustá-las ou apresenta-las por escrito. Se o senhor Luís Gonçalves pretendia fazer uma proposta, poderia apresenta-la à Mesa da Assembleia, porque assim não conseguiam gerir a Assembleia. Estavam inscritas quinze pessoas. Se todos usarem da palavra durante oito minutos, estariam até à meia-noite

com intervenções, o que não poderia acontecer. Ou todos aceitavam as regras ou não havia condições para continuar os trabalhos da Assembleia. -----

**José Ilídio Clemente**, depois de cumprimentar os presentes, disse ter uma intervenção, no seu entender, necessária para a presente Sessão, mas não a iria fazer por escassez de tempo. Assim apenas disse: *“é com prazer que me encontro em Sortelha, terra onde vinha com frequência quando era pequeno, pois tive cá uma tia a dar escola, a professora Salete. A minha intervenção de hoje, dedico-a principalmente a todos os lagartixos.”* Mas, como não fez a sua intervenção, leu apenas um pequeno e humilde poema que fizera para todos, com o coração a sangrar. -----

**João Manuel Manso Dias** cumprimentou os presentes e começou por colocar as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara: -----

1. O que pensava, no que à Educação dizia respeito, de transferirem a gestão das escolas para as autarquias e se pensava aderir, num futuro próximo, a um projeto desses; -----
2. Infelizmente, quando chegavam esta época do ano, havia sempre listas de escolas que fechavam. Tivera conhecimento que o senhor Presidente, há dias, recebera da Direção Regional de Educação, uma lista dessas escolas que, como todos sabiam, algumas não tinham vinte e um alunos, como era o caso de Aldeia Velha que estava com uma autorização excecional de funcionamento. No referido documento era pedido ao senhor Presidente para se pronunciar sobre a continuidade ou não do funcionamento dessas escolas no próximo ano letivo. Assim, perguntou se lhes poderia informar se tinha tomado a decisão e qual tinha sido. Na sua opinião, deveria continuar a lutar pela continuidade dessas escolas, tendo-se congratulado com a atitude que tem sido tomada nos últimos anos. Apenas não compreendia a falta de sensibilidade, em relação à Escola do 1º Ciclo de Santo Estêvão, que tinha encerrado no final do ano letivo transato. -----
3. Relativamente às obras de Requalificação das Escolas de 1.º Ciclo, quer do Soito, quer da E.B. 2 do Sabugal, que eventualmente iriam ser feitas, disse que anteriormente havia um projeto megalómano para a construção de 4 Centros Educativos. Depois tinham passado a dois e, na presente data, desistira-se dos dois Centros Educativos, parecendo-lhe que este projeto era mais viável. Assim, perguntou se sabia quando as obras iriam começar a ser feitas e os respetivos custos. Para terminar, disse saber que se continuava a investir na EB 1 do Sabugal, tendo sido feito o ano transato um telheiro que, no seu entender, era inestético, a requalificação de toda a



parte exterior da escola. Estavam a ser colocados placards na escola e achava que o dinheiro não estava a ser bem gerido porque esse materiais poderão não vir a ser aproveitados para futuras instalações. -----

Depois de cumprimentar os presentes e agradecer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha pela amabilidade que tivera na receção de todos os Membros da Assembleia, a senhora **Alexandrina Dias** disse: *“O senhor Ministro Poiares Maduro, no XXII Congresso da Associação de Municípios, que se realizou em Troia, anunciou que os Municípios vão ter um papel mais importante no Portugal2020 que, comparativamente com o QREN todos os catorze Concelhos do Distrito da Guarda estão integradas no Mapa de 164 Municípios de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva no âmbito do Portugal2020. A minha pergunta é para o senhor Presidente da Câmara: Como está o senhor Presidente a trabalhar na preparação de projetos a candidatar? Conta com empresas especializadas? Conta com a Pró-Raia? Pode explicar-nos como está a fazer esta preparação e quais as prioridades que está a considerar?”* -----

**Nuno Teixeira**, na sua intervenção, disse ter sido com muito agrado que vira o iniciar das obras no Largo da Fonte, no Sabugal, achando que irá ficar mais airoso depois de terem sido retirados os Chorões que estavam a danificar a estrutura da Fonte Velha. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais**, após ter cumprimentado os presentes, usou da palavra para solicitar que a Sessão da Assembleia Municipal de Setembro se realizasse na Freguesia de Quadrazais. -----

**João Aristides Duarte** para fazer a seguinte intervenção: *“Reafirmo que as divergências políticas são salutares e não são, por mim, confundidas com desrespeito pelas pessoas que considero, sejam de que bancada forem.* -----

*Não posso, por isso, estar mais em desacordo quando na comunicação social concelhia se escreve que os membros da Assembleia apenas se entretêm com pequenas minudências, quando este é órgão próprio para as colocar, ou não fosse ele, sem desprimor para qualquer um dos outros, o mais representativo das diferentes propostas políticas existentes no concelho. O mais curioso é, no entanto, constatar que maioria das propostas são aprovadas, quase sempre por unanimidade.* -----

*O caso mais paradigmático disso foi a unanimidade conseguida sobre a questão da Empresa Sabugal + e dos seus trabalhadores. Mas, em muitos mais casos, a unanimidade tem prevalecido, o que não se vê referido na comunicação social concelhia.-----*

*Agora permitam-me que lance um desafio em forma de pergunta, no plano político, aos membros desta Assembleia que foram eleitos como representantes, em diversas estruturas orgânicas. Julgo que esses membros da Assembleia Municipal tinham que ter a delicadeza de informar esta Assembleia de qual tem sido o seu trabalho como representantes eleitos. -----*

*Assim, pergunta-se: O que tem a comunicar a esta Assembleia o eleito como representante das Juntas de Freguesia na ANAFRE? E o representante desta Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses? Já participaram em reuniões desses órgãos? Tiveram intervenções? Os membros desta Assembleia e os munícipes merecem saber como os representantes eleitos participaram nos trabalhos desses órgãos. -----*

*Mais uma vez refiro que esta solicitação é, apenas, no plano político, não tendo nada de pessoal contra quem quer que seja. -----*

*Tenho dito.” -----*

O Membro da Assembleia **José Robalo** cedeu o seu tempo de intervenção ao Grupo Municipal do Partido Social Democrata. -----

**Germano Fernandes**, após ter cumprimentado todos os presentes, disse: “*Reúne a Assembleia Municipal em Sortelha, que já foi Sede de Concelho. Tem um passado histórico de séculos e, para a História da Vila de Sortelha, ficará também esta Sessão da Assembleia Municipal e a forma simpática como fomos recebidos. Mas, se estamos aqui, é porque o 25 de Abril aconteceu, porque vivemos num regime livre e democrático. O 25 de Abril resultou do esforço de muitos portugueses mas, em especial e em particular, os Capitães de Abril, a quem aqui presto homenagem. Mas também de Humberto Delgado, Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Francisco Salgado Zenha, Álvaro Cunhal, Ramalho Eanes e tantos outros. Que o exemplo deles, pela luta que desenvolveram contra o regime fascista, seja uma forma viva dos nossos dias e sejamos capazes de contribuir para os ideais de abril, lutando pela justiça, pela liberdade, pelo princípio da solidariedade e pelo princípio da igualdade de oportunidades. Se o fizermos, cumprimos os ideais de abril. E é por*



*vivermos em democracia que podemos discordar uns dos outros e votar a favor ou contra as propostas que os nossos concidadãos apresentam. Terminando votos para que, de facto, 25 de Abril seja uma presença viva e constante nas nossas vidas. -----*

*E pergunto ao senhor Presidente da Câmara que nos informe das démarches e das conclusões que teve com o senhor Secretário de Estado da Justiça, porque isso consta do relatório da Atividade Municipal.” -----*

**Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** cumprimentou todos os presentes e agradeceu à Junta de Freguesia e a toda a Freguesia de Sortelha pela maneira como os tinham recebido, pois tinha sido uma receção calorosa e agradável. De seguida e referindo-se ao equipamento do Parque Eólico de Malcata, informou que, de acordo com as notícias transmitidas pelos meios de comunicação, a Junta de Freguesia estava a favor do Parque Eólico, o que não correspondia à verdade. A Junta de Freguesia de Malcata nunca estivera a favor e continuava contra o Parque Eólico. Tinham sido eleitos pela população de Malcata para defender os seus interesses. Se as pessoas estavam contra o Parque Eólico, a Junta de Freguesia nunca poderia estar a favor do Parque Eólico. No entanto, sendo uma Entidade Pública, tinham de manter os canais abertos com todos os interessados, nomeadamente a Empresa Malcata Pró-Futuro que era a Empresa que estava contra a construção dos Parques Eólicos. Tem sido sempre hábito da Freguesia manter estes meios de comunicação abertos e estavam a conseguir porque, neste momento, estavam a promover uma reunião entre as partes. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa da Raia e Forcalhos**, depois de cumprimentar todos os presentes, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se poderia explicar melhor a proposta, que todos os Presidentes de Junta de Freguesia tinham recebido, relativamente à elaboração de um Novo Regulamento de Atribuição de Apoio às Juntas de Freguesia e Associações de Freguesia do Concelho do Sabugal. -----

**António Gata**, depois de cumprimentar os presentes e agradecer à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Sortelha a receptividade que tiveram, fez a seguinte intervenção: *“Quem visita Sortelha, onde, desde a mais pequena pedra até ao extraordinário quadro que milhares delas, trabalhadas com arte e engenho pelo Homem ao longo de séculos compuseram, é impossível ficar indiferente a tanta beleza.-----*

*É, pois, um imperativo de consciência de cada um de nós em particular mas, principalmente, dos que têm a responsabilidade de governar a coisa pública, tudo fazer para preservar este legado dos nossos antepassados.-----*

*E, não olhar a meios nem a esforços para o colocar ao serviço da comunidade, fazendo dele âncora que ajude a criar riqueza, a fixar pessoas, que seja mais uma alavanca para nos fazer crescer, para nos ajudar a atingir outros patamares de desenvolvimento que tanto ambicionamos.--*

*É, hoje, reconhecido por cá e um pouco por todo o lado, que em Sortelha foi conseguido um trabalho notável de recuperação do seu património edificado, tornando-a uma aldeia de referência no conjunto das aldeias históricas portuguesas e conhecida em todo o mundo. Contudo, apesar de potencialidades semelhantes existirem também noutras localidades do nosso Concelho, infelizmente não é possível encontrarmos no seu restante vasto território outro local onde o visitante possa em simultâneo estar a visitar património histórico edificado tão bem restaurado e, ao mesmo tempo, envolvido por paisagens deslumbrantes, mas que é essencial tudo fazer para que não sejam descaracterizadas, estar ainda em contacto com importante património cultural que se estende até à aldeia da Quarta-Feira e, também, etnográfico, que as populações qua ainda resistem, persistem em continuar a preservar.-----*

*Pergunto. E no resto do Concelho, também será assim? Infelizmente não. -----*

*O que podemos observar em Aldeia da Ponte, Alfaiates, Sabugal, Vila do Touro e Vilar Maior, só para falar dos núcleos com património histórico mais importante, é que este se encontra ao abandono e muito degradado. E, até, cansado de esperar por quem tem a obrigação de zelar pela sua conservação, mas que demora em comparecer para cumprir a sua obrigação. -----*

*Não posso deixar de referir uma das obras mais urgentes que é necessário realizar, a conservação do arco da antiga Igreja de Santa Maria do Castelo, em Vilar Maior, que está em risco de ruína iminente, e não há quem lhe acuda. Obra que até é de custo reduzido, mas de grande importância histórica.-----*

*Sabemos que a responsabilidade pela intervenção é do Poder Central. Mas como este não faz o que lhe compete, é nossa obrigação alertar quem de direito, para que pressione, insista, lembre pois,*

como diz o ditado popular, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Ainda em Vilar Maior, falando agora de património cultural, verifica-se que o Museu continua encerrado. Foi compreensível o seu encerramento, para que as obras de requalificação fossem feitas.-----

Mas, também começa a ser compreensível que os Vilarmaioreses já estejam a questionar a demora da reabertura. -----

Cito, apenas, estes dois exemplos. Sabemos que a situação económica do país não é a melhor, para que tenhamos esperança de que nos possam acudir de imediato em todas as situações em que urgente intervir.-----

Já passaram 41 anos após a revolução do 25 de Abril de 1974. O tempo voa e muitos dos sonhos que alimentaram a esperança dos que a viveram, continuam por realizar. -----

Mas, o pior de tudo é desistir. Vamos continuar a lutar, esperançados de que melhores dias virão. Essa é uma responsabilidade de todos os que continuamos a acreditar num futuro melhor.” -----

Depois de cumprimentar todos os presentes, **Carlos Nabais** começou por referir que neste momento, estava em andamento o novo Quadro Comunitário de Apoios, o Portugal2020. Assim, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara para colocar duas questões: -----

1. Se relativamente ao anterior Quadro Comunitário o executivo iria fazer e publicitar o balanço do que tinha sido feito em relação aos apoios? -----
2. Se estava delineada alguma estratégia no que dizia respeito ao Novo Quadro Comunitário de Apoios, uma vez que o mesmo se prendia muito com a área empresarial? -----

**João Manata** para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se era possível elevar a Fonte Velha, localizada no Largo da Fonte. -----

Seguidamente, declamou um poema alusivo ao 25 de Abril, do poeta José Carlos Ary dos Santos, que se transcreve: -----

“Se um dia Abril ficar distante -----

Desta terra e deste povo -----

*Teremos força bastante* -----  
*Para fazer um abril novo.”* -----

Findas as intervenções deste ponto, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, depois de cumprimentar os presentes e agradecer à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Sortelha pela receção na sua Freguesia, começou por dizer que as matérias abordadas em todas as intervenções dariam para terem um grande debate à volta dessas questões. Contudo iria tentar ser o mais sintético possível nas respostas. -----

Relativamente ao conjunto de questões levantadas pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, tinham a ver com uma coordenação de trabalho entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, nomeadamente à questão dos caminhos e a cedência das máquinas da câmara. A Câmara Municipal estava aberta para colaborar com a Junta de Freguesia na resolução dos problemas abordados. Quanto aos “ferros” como lhe chamara a senhora Presidente de Junta, esclareceu tratar-se de um projeto da instalação das Rotas de BTT no Sabugal. A Câmara Municipal tinha celebrado um Protocolo com os operadores privados de alojamento e restauração, através do qual foram colocados os equipamentos de forma pentagonal onde se encostam as bicicletas, em todo o Concelho. De qualquer forma as questões que levantara eram resolúveis. No que à questão do saneamento de Quarta-Feira dizia respeito, informou que o mesmo tinha sido candidato juntamente com outros projetos de saneamento de diversas localidades do Concelho, mas os projetos de Rebelhos e Quarta-Feira tinham sido chumbados por não serem enquadráveis. No próximo Quadro Comunitário, no âmbito do POSEUR - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, iriam verificar se era possível fazer uma candidatura, não só para a localidade de Quarta-Feira mas também para a renovação de um conjunto de redes de água que existiam no Concelho e estavam na fase limite. -----

Aproveitou a oportunidade para informar que o novo Posto de Turismo de Sortelha estava em fase de conclusão. -----

Em resposta à intervenção do senhor Luís Gonçalves disse que existia um programa das Aldeias Históricas que olhava especificamente para o território e para Sortelha. Havia um conjunto de ações promovidas e dinamizadas pela Câmara Municipal no âmbito da rede. Disse ainda estarem todos de parabéns por o Município do Sabugal ter sido designado Vice-Presidente da Associação das Aldeias Históricas, sendo um prestígio para todos. -----

Os projetos de Muralhas com História, os Ateliers de Bracejo, as Grandes Rotas, o Posto de Turismo, entre outros, obrigava-os a continuar a apostar em Sortelha. Disse ainda continuar a tentar a colocação de outras Aldeias do Concelho, não nesta rede mas numa estrutura para que conseguissem também acompanhar alguns processos de desenvolvimento mas não tem sido fácil. --

Em resposta ao senhor João Manso disse perceber a sua preocupação mas a mudança de alinhamento estratégico relativamente aos Centros Escolares não tinha sido apenas uma vontade da autarquia mas também da constatação de que não era possível o país continuar a viver estes tempos de crise sem que houvesse um reposicionamento e mudança das abordagens que os Municípios faziam relativamente aos equipamentos escolares. Na presente data, Bruxelas não iria dar mais dinheiro a Portugal para escolas mas no seguimento de processo negocial iriam continuar a tentar.

De seguida confirmou a receção da notificação alusiva ao encerramento de escolas com menos de vinte e um alunos e a posição do Executivo tem sido não concordar com o encerramento de nenhuma escola do Concelho, nem mesmo com a escola da Bendada, pela sua posição periférica, embora tenha uma baixa frequência de alunos à semelhança do que se verificara na escola de Santo Estevão, sendo a posição periférica da escola da Bendada a única razão da diferenciação que houve no ano letivo transato. -----

A questão colocada pela senhora Alexandrina Dias era referente a uma luta que um conjunto de Municípios a nível nacional tinham desenvolvido, primeiro os rurais e depois os de baixa densidade e efetivamente cerca de cento e sessenta Municípios ficaram no Mapa da baixa densidade. A integração dos municípios neste mapa, implicava algumas vantagens: -----

1. Possibilidade de ter programas específicos relativamente aos produtos endógenos, ou seja iria haver uma continuidade de Proveres;-----
2. Avisos específicos no âmbito do Portugal2020 apenas para estes territórios, ou seja apenas empresas destes territórios podem concorrer; -----

Quanto ao Largo da Fonte mencionado pelo senhor Nuno Teixeira, acharam que seria possível aproveitar o final do quadro comunitário anterior, que foi o que tinham feito. -----

Município de Sabugal





Informou que, até à data tinham vinte projetos aprovados no QREN, equivalentes a dez milhões de euros e em Overbooking tinham sido candidatados dois milhões e meio de euros, na qual integraram a Requalificação da Avenida António José de Almeida, a Avenida de São Cristóvão do Soito, prolongamento do Saneamento de Alfaiates, a Etar de Batocas e Badamalos e um conjunto de obras já executadas no âmbito dos saneamentos mas que efetivamente tinham sido atos isoladas e sendo elegíveis estavam também candidatados. -----

A questão colocada pelo senhor Germano Fernandes tinha a ver com uma reunião que tivera com o senhor Secretário de Estado da Justiça. De seguida e dirigindo-se também ao senhor João Manso quanto à transferência da gestão das escolas para as autarquias, respondeu que não estava com intenção de aceitar nada enquanto a Comarca do Tribunal do Sabugal não funcionasse novamente, o que tinha transmitido aos Membros do Governo. Tinha transmitido ao senhor Secretário de Estado da Justiça, para além da sua posição um conjunto de elementos reunidos por um conjunto de juristas e advogados que trabalham na Comarca do Sabugal. Aquando da reunião sentira uma enorme abertura por parte do senhor Secretário de Estado para analisar a situação. -----

Em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata disse não saber como era possível uma Assembleia tomar uma posição relativamente à ampliação do Parque Eólico Penamacor 3 B, sem ter ouvido mais ninguém e olhando apenas para um texto que tinha sido apresentado através de uma Moção e não tendo sequer sido questionado o Presidente da Câmara. O Parque foi licenciado no dia 10 de abril do ano passado. -----

Quanto à elaboração de um novo Regulamento de Apoios às Juntas de Freguesia referido pelo senhor Presidente da União de Freguesia de Forcalhos e Lageosa da Raia, respondeu que tinha sido entendido que o anterior Regulamento aprovado era limitativo e condicionava demasiado obrigando a que todos os apoios tivessem de ser submetidos novamente à Assembleia Municipal. O novo Regulamento iria ser elaborado à luz no novo Código de Procedimento Administrativo. -----

Antes de passar ao período da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra para informar que tinha dado entrada um requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU e assinado pelo senhor João Manuel Aristides Duarte e senhor João Carlos Taborda Manata, com o seguinte teor:-----

19

*“O Grupo da CDU vem requerer que seja verificada a legalidade da votação da Moção apresentada na Sessão da Assembleia Municipal do dia 30 de abril, uma vez que o senhor Presidente da Assembleia e a Mesa não foram os últimos a votar, conforme estabelece o Regimento, tendo esse facto, na nossa opinião, influenciado a votação. -----*

*Dependendo da resposta de V. Ex.ª iremos ou não recorrer da mesma para os órgãos competentes. Atenciosamente. -----*

*Os membros da CDU eleitos na AM do Sabugal:-----*

*João Carlos Taborda Manata-----*

*João Manuel Aristides Duarte.”-----*

*Sobre o qual recaíra o seguinte despacho: “Apreciado o requerimento, considero, nos termos do Regimento e da Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, no seu artigo 55º, a matéria em apreço e o facto de o Presidente não ter votado em último lugar não é objeto de nulidade da votação. Com efeito o Presidente votou em simultâneo com a Mesa e na sequência da votação para a opção voto contra dos Membros da Assembleia.” -----*

*Informou ainda os proponentes que em caso de empate na votação e não se tratando de votação por escrutínio secreto, o Presidente da Assembleia tinha voto de qualidade, o qual não quis exercer. -----*

*Todas as Moções apresentadas à Mesa da Assembleia eram lidas e transcritas na respetiva ata, os senhores Membros da Assembleia Municipal deveriam estar atentos ao conteúdo das Moções que eram apresentadas para assim votarem da forma que entendessem. As Moções, depois de votadas não poderiam ser postas em causa. -----*

*De seguida, foi feito um intervalo de 10 minutos. -----*

## ORDEM DO DIA

*Reiniciados os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos constantes da Ordem do Dia. -----*



2

**PONTO 1 - PROPOSTA DE ASSINATURA DE INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO E GEMINAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE; -**

O senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por fazer uma breve exposição do documento em apreço. Assim, disse “*O novo quadro comunitário exige muito de nós relativamente à concertação de redes, projetos ligados e integrados, relacionamento e diplomacia com outros territórios e outras sensibilidades. A Câmara Municipal do Sabugal, decorrente do Plano e Orçamento que apresentou em dezembro está a iniciar um processo de construção de uma rede de cooperação e geminação com alguns territórios. Pretende-se com isso a tal diplomacia, influência e criação de redes. A afirmação e a promoção do nosso concelho e do nosso território além-fronteiras. Assim estamos a desenvolver com um país lusófono, Cabo – Verde, que foi iniciado num estágio que há cerca de dois/três anos o Município deu através de um PEPAL a um Engenheiro Topógrafo da Ilha de Santo Antão e da Ribeira Grande de Cabo Verde. Com Espanha estamos a pensar num trabalho com Alcanizes e vamos também agora no dia 23 de maio a Paris num encontro de Empresários Portugueses e Franceses e no qual também pretendemos chegar a processos de cooperação e geminação. Se leram com atenção aquilo que vos apresento, veio um texto proposto pelo Município de Ribeira Grande, não fiz qualquer alteração ao texto, pois acho que ele é perfeito. Eles já têm alguma experiência de cooperação com outros territórios e outros Municípios do nosso país, como por exemplo Torres Novas. ----- A ideia seria que no dia 10 de Novembro a Comitiva de Cabo Verde se deslocasse ao Sabugal para assinar o Acordo de Cooperação e Geminação.*”-----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência de inscrição, usou da palavra o senhor **João Manso** para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que explicasse melhor a todos os Membros da Assembleia o intercâmbio que pretendia fazer com os jovens e que constava de duas das cláusulas do Protocolo. Continuando, disse que: “*havia várias autarquias que tinham Protocolos com as antigas Colónias, os chamados Palops, nomeadamente onde vêm jovens estudar para Portugal. As coisas agora mudaram um bocadinho porque estes jovens, antes, eram financiados pelo OPH e há cerca de um ano ou dois, isso mudou. A União Europeia recusou-se a dar esses financiamentos visto que os alunos não faziam parte da União Europeia. Creio que agora terá que haver Protocolos entre os Estados, ou seja, neste caso entre o Estado Português e o Estado de Cabo Verde. Acho que é uma boa iniciativa porque os nossos jovens podiam ir para lá estagiar, etc. como o Protocolo refere.*”-----

Município de Sabugal





O senhor **Presidente da Câmara**, após lhe ter sido concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia**, respondeu às questões colocadas da seguinte forma: -----

*“Fiz uma abordagem a três exemplos de possíveis geminações e a deste País Lusófono, está mais direcionada para os processos de ação social, educação e cultura. Neste momento não dispunha de informação concreto sobre se o novo POCH- Programa Operacional de Capital Humano pode ou financiar este tipo de intercâmbio de jovens. A única certeza é que no âmbito do Horizonte2020 que é programa mais alargado da União Europeia e dos programas de Cooperação é possível que outros Estados que não os da União Europeia fazerem esse acordo direto. Se não pudermos ir pela via dos alunos a frequentar algumas das nossas escolas e alguns dos nossos cursos profissionais que se possa pelo menos passar pela via dos estágios e do conhecimento e troca de experiências entre alunos.” -----*

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo sido **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a proposta de assinatura de Instrumento de Cooperação e Geminação entre a Câmara Municipal do Sabugal e a Câmara Municipal de Ribeira Grande**, nos termos do disposto na alínea p) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal. -----

**PONTO 2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (I.M.T.) DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA TAPADA NOVA, NA ZONA INDUSTRIAL DO SABUGAL, E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DO SABUGAL SOB O N.º 2718/20020528, DA FREGUESIA DO SABUGAL, COM O ARTIGO MATRICIAL URBANO 2730, DA FREGUESIA DE SABUGAL E ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO, REQUERIDO PELA FIRMA MATIBOM – MATADOURO E INDÚSTRIA DE CARNE, LDA.; -----**

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse tratar-se de um procedimento tomado em todas as situações similares, desde que fossem investimentos feitos no Concelho geradores de riqueza e postos de trabalho e cuja medida de incentivo decorria da transação efetuada no âmbito da aquisição de imóveis para empresas que se instalam no Concelho. -----

P

Terminada a apresentação do documento em análise, o senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**José Robalo**, para declarar que iria votar favoravelmente este ponto, pois seria um incentivo muito forte para que as empresas se instalem no Concelho, criem postos de trabalho, riqueza e dinamismo. Mas, não podia deixar de realçar que todos estavam a pagar o IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis. De seguida, deu os parabéns à Câmara Municipal, por o Município do Sabugal estar honrosamente a baixar o IMI de todas as pessoas que tinham património no Concelho e que investiam no Concelho. Estas pequenas grandes medidas levavam a que as pessoas pensassem duas vezes quando vinham ou não investir no Concelho. -----

Relativamente à intervenção do senhor José Robalo, o senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para referir que, por proposta da Câmara Municipal, tinham todos os impostos, aprovados na Sessão da Assembleia Municipal de Setembro, na taxa mínima, sendo esta uma forma de captarem investimentos, pessoas e iniciativas para o Concelho. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, **aprovar o pedido de isenção de IMT, de um prédio urbano, sito na Tapada Nova, na Zona Industrial do Sabugal** e descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal sob o n.º 2718/20020528, da Freguesia do Sabugal, com o artigo matricial urbano 2730, da Freguesia de Sabugal e Aldeia de Santo António, **requerido pela firma MATIBOM – Matadouro e Indústria de Carne, Lda.**; -----

**PONTO 3 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO COMO ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO DE REVISÃO LEGAL ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO À FIRMA MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., PELO PREÇO BASE DE 27.000,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR;** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Iniciou referindo tratar-se de uma situação sui generis mas a nomeação do Revisor Oficial de Contas era feita pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. A proposta apresentada consistia em que a **nomeação da Entidade prestadora do Serviço de**

**Revisão Legal às Contas do Município fosse feita à firma Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. -----**

Terminada a apresentação do documento em análise, o senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

**João Manso** para solicitar esclarecimentos adicionais sobre o ponto em análise. Sabia que a adjudicação em apreço tinha sido feita por ajuste direto a uma empresa que já prestava o seu serviço à Câmara Municipal. Assim, perguntou se os Serviços tinham convidado outra empresa do mesmo ramo para apresentar orçamento e se nenhuma empresa do Concelho poderia prestar este serviço?---

O senhor **Presidente da Câmara**, após lhe ter sido concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia**, respondeu que apenas tinha sido feito convite a esta Empresa, a qual tem feito um bom trabalho no Concelho. Informou ainda que o Revisor Oficial da Empresa Municipal Sabugal+ não era o mesmo da Câmara Municipal. Estavam satisfeitos com a prestação de serviço da empresa proposta, o trabalho desenvolvido, bem como a sua disponibilidade permanente. -----

No que à segunda questão dizia respeito, tinha sido informado que mesmo as empresas que faziam consultadoria e contabilidade no Concelho recorriam a Sociedades de Revisores Oficiais de Contas fora do Concelho. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo sido **deliberado**, por maioria, aprovar que a **nomeação da Entidade prestadora do Serviço de Revisão Legal às Contas do Município seja feita à firma Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**, pelo preço base de 27.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. Abstiveram-se na votação deste assunto o senhor Carlos Alexandrino e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rendo; -----

**PONTO 4 - APRECIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2014 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS; -----**



Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos relativos a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento a todos os Membros da Assembleia dos seguintes assuntos: -----

- Documento referente à Certificação Legal de Contas emitida por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.;-----

De seguida, deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, tomando a palavra, disse que a Conta de Gerência apresentava uma boa percentagem de execução entre o que estava previsto e o que tinha sido executado. Esta tem sido uma forma de aproximar mais os Orçamentos à realidade. --

Continuando, disse que ao longo dos anos, havia penalizações sempre que os orçamentos Municipais se afastavam da sua execução e por isso ultimamente tem havido o cuidado de apresentar em dezembro orçamentos o mais exequíveis possível. Este orçamento tinha tido um enorme aumento de receita corrente e uma enorme diminuição de receita de capital o que significava que os Municípios hoje estavam mais disponíveis relativamente à gestão do património existente que tinha sido construído ao longo dos anos, através de um conjunto volumoso de investimentos. O Municípios tem hoje um conjunto de equipamentos, nomeadamente as Piscinas Municipais, Pavilhões, Museu, Auditório, campos de Futebol, Centro de negócios Transfronteiriço do soito, Praças de Touros, entre outros, que foram construídos ao longo dos anos e que necessitavam de uma manutenção corrente e por isso a verba corrente para pagar fornecimento de serviços externos, pagar a pessoal e para manter estes equipamentos em funcionamento era necessária uma verba muito superior o que levava a que as transferências de capital fossem diminutas. Para os Municípios do interior com baixa rentabilidade e baixas receitas próprias a única fonte de financiamento disponível eram os fundos do quadro comunitário. -----

Disse ainda estarem perfeitamente enquadradas duas situações: -----

1. Assumir o cumprimento da Lei dos Compromissos (pagamentos em atraso), com exceção do pagamento à Empresa Águas do Zêzere e Côa (por não o assumirem como dívida) não haviam dívidas em atraso; -----
2. O Município do Sabugal tinha os seus limites de endividamento devidamente enquadrados, tendo ainda folga para mais endividamento, se fosse necessário. -----

Após a apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo senhor **Presidente da Assembleia** foram os documentos colocados a votação pela seguinte ordem: -----

APRECIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2014.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prestação de contas de 2014. -----

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Aplicação dos Resultados Líquidos, com uma abstenção do senhor João Manuel Manso Dias. -----

**PONTO 5 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2015 E 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015-2018;** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, esclareceu que, decorrente da aprovação do saldo de gerência, era apresentada a presente revisão na qual tinham reforçado algumas rubricas que estavam insuficientemente dotadas ou tinham verba a definir aquando da elaboração do Orçamento para 2015, bem como a inserção de rubricas novas. -----

Referindo-se a repavimentações, alegou que era o troço de Sabugal – Sortelha o mais preocupante por se estar a degradar muito rapidamente, havendo ainda um conjunto de vias que estavam em estado de degradação avançado e iria ser um problema do país, porque no Portugal2020 não contemplava a construção de estradas e não havendo fundos para construção de estradas não seria fácil os Municípios requalificarem as que estradas existentes. O Município do Sabugal tinha cerca de 600 quilómetros de estradas municipais. -----

A propósito das Estradas Municipais transmitiu que na reunião que tivera, no dia transato, com o Presidente das Estradas de Portugal, Dr.º Vitor Ramalho, porque estava em análise o projeto de requalificação da estrada Sabugal – Guarda, que o deixara preocupado na medida em que apenas havia dois milhões de euros para gastar num troço de cerca de 24 quilómetros. -----

Os documentos tinham sido distribuídos, estando disponível para esclarecer as dúvidas que colocassem. -----

Após apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo senhor **Presidente da Assembleia** foram os documentos colocados a votação pela seguinte ordem: -----



**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO** -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento para 2015, com seis abstenções e nenhum voto contra. Abstiveram-se, na votação deste assunto, a senhora Marisa Sofia Gonçalves Martins, senhora Patrícia Isabel Santos Quintalo, senhor José Ilídio Lopes Clemente, senhor Luís Filipe Pereira Gonçalves, senhor Joaquim António Pires Carreto e senhor João Manuel Manso Dias; -----

**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015-2018** -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2015-2018, com oito abstenções e nenhum voto contra. Abstiveram-se, na votação deste assunto, a senhora Marisa Sofia Gonçalves Martins, senhora Patrícia Isabel Santos Quintalo, senhor José Ilídio Lopes Clemente, senhor Luís Filipe Pereira Gonçalves, senhor Joaquim António Pires Carreto, senhor João Manuel Manso Dias, senhora Alexandrina Goreti Martins Dias e senhora Tânia Marisa Bárrios Leitão, com declaração de voto conjunta.-----

Pelo senhor **José Ilídio Clemente**, em representação dos Membros da Assembleia que se abstiveram foi feita a seguinte declaração de voto: *“O nosso sentido de votação foi pela abstenção porque concordamos com a posição que os Vereadores Felismina Rito e Pedro Antunes, do Partido Socialista, tomaram e argumentaram em reunião de câmara.”* -----

**PONTO 6 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALDEIA DA PONTE PARA AQUISIÇÃO DE TODO O EQUIPAMENTO PARA O CENTRO INTERPRETATIVO DA CAPEIA ARRAIANA NA LOCALIDADE DE ALDEIA DA PONTE;** -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que os Pontos 6, 7, 8, 9 e 10 da Ordem de Trabalhos eram semelhantes pelo que iria apresentá-los conjuntamente. -----

Tendo-lhe sido dada a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia**, o senhor **Presidente da Câmara** disse tratar-se de propostas de atribuição de apoios financeiros à Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte, Casteleiro, Malcata, União de Freguesia de Seixo do Côa e Valongo e à Associação de Freguesias da Raia. Dirigindo-se a todas as Juntas de Freguesia transmitiu que

enquanto o novo Regulamento de Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia e Associações de Freguesia não fosse aprovado, permitindo com a colocação no orçamento inicial um valor para durante esse ano ser atribuído às Juntas de Freguesia para execução de atividades de competência própria das Juntas de Freguesia, teria de ser submetidas à aprovação da assembleia Municipal uma a uma. -----

Continuando, disse estarem a ser propostos apoios de diferente teor, ou seja, o Ponto 6 e o Ponto 9, referiam-se a apoios para projetos candidatados pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente o equipamento para o Centro Interpretativo da Capeia Arraiana na localidade de Aldeia da Ponte foi candidatado no âmbito da Pró-Raia e estava a ser concluído e a aquisição de todos os equipamentos urbanos de utilização coletiva, destinada ao Espaço Lúdico na localidade de Peroficós, resultara de candidatura feita pela Junta de Freguesia de Seixo do Côa e Valongo através da Direção Geral de Ordenamento do Território para projetos de natureza simples, através de um projeto similar ao que apoiara a recuperação da Igreja de Badamalos. -----

Os restantes apoios, propostos no Ponto 7, 8 e 10 destinavam-se a atividades de promoção e animação dos territórios, propostos por grupos de Juntas de Freguesia ou pelas Freguesias individualmente. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

**João Manso** para relativamente à análise dos documentos enviados, sobre os pontos em discussão, mais precisamente o ponto 6 e o ponto 9, não estando em causa os apoios a ser atribuídos, a proposta deveria ter sido enviado juntamente com a lista de todos os equipamentos a adquirir e a instalar com os respetivos preços, permitindo assim uma melhor fiscalização por parte da Assembleia Municipal. -----

**José Portela**, depois de cumprimentar todos os presentes, disse ser com muito gosto e felicidade que ouvira que iria ser dinamizado o Museu da Capeia Arraiana. Finalmente, a Capeia Arraiana tinha um espaço onde poderia receber o espólio de várias freguesias, pelo menos assim o esperava. Visto que era a Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte que estava a dinamizar toda esta questão junto da Pró-Raia e que todo este movimento era aglutinador e, por isso mesmo, associava muitas outras Juntas de Freguesia, seria interessante as Juntas de Freguesia que acolhiam a Capeia todos os

anos também poderem ter o seu cantinho para expor algo das suas próprias Juntas de Freguesia em termos de espólio de Capeia Arraiana. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à questão colocada pelo senhor João Manso, comunicou que, em termos de análise em sede de Executivo Municipal, estavam discriminados todos os equipamentos que se pretendiam adquirir e instalar quer na Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte, quer na União de Freguesia de Seixo do Côa e Valongo. Informou ainda que iria haver um acompanhamento técnico do Município relativamente à aquisição e colocação do equipamento. Quanto à sugestão apresentada pelo senhor José Portela, disse ser uma forma de enriquecer o espaço, havendo toda a vantagem para os promotores do projeto. -----

Não havendo mais inscrições, pelo senhor **Presidente da Assembleia** foi colocado à votação, tendo sido **deliberado**, por maioria, por maioria, **aprovar a atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte**, no valor de 30.000,00 € para aquisição de todo o equipamento para o Centro Interpretativo da Capeia Arraiana na localidade de Aldeia da Ponte, com um voto contra do senhor João Manuel Aristides Duarte; -----

**PONTO 7 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELEIRO PARA PROMOVER A IV EDIÇÃO DA FESTA DA CAÇA A REALIZAR NOS DIAS 2 E 3 DE MAIO DO CORRENTE ANO E FAZER A FACE A DESPESAS RELACIONADAS COM INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E ANIMAÇÃO MUSICAL, TEATRAL E OUTRAS, RESULTANDO DESTE EVENTO UMA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DOS PRODUTOS LOCAIS, BEM COMO OUTROS RECURSOS EXISTENTES;** -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar a atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Casteleiro**, no valor de 5.000,00 €, para promover a IV edição da Festa da Caça a realizar nos dias 2 e 3 de maio do corrente ano, e fazer a face a despesas relacionadas com infraestruturas, iluminação e animação musical, teatral e outras, resultando deste evento uma valorização do património e dos produtos locais, bem como outros recursos existentes. -

**PONTO 8 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE MALCATA PARA REALIZAÇÃO DE UMA PROVA DA TAÇA DE PORTUGAL DE ATLETISMO DE MONTANHA E UM TRAILER DENOMINADO “TRAILER DO CÔA DA NASCENTE À BARRAGEM”;** -----

Município de Sabugal





*Handwritten mark*

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Malcata, no valor de 5.000,00 €, para realização de uma prova da Taça de Portugal de Atletismo de Montanha e um trailer denominado “Trailer do Côa da Nascente à Barragem”-----

**PONTO 9 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEIXO DO CÔA E VALONGO, PARA PROCEDER À AQUISIÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS URBANOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA, DESTINADA AO ESPAÇO LÚDICO NA LOCALIDADE DE PEROFICÓS; -----**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de Apoio à União de Freguesias de Seixo do Côa e Valongo, no valor de 30.000,00 €, para proceder à aquisição de todos os equipamentos urbanos de utilização coletiva, destinada ao Espaço Lúdico na localidade de Peroficós. -----

**PONTO 10 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DA RAIA SABUGALENSE, PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA ANUAL DENOMINADA AGRO RAIA A REALIZAR NOS DIAS 12, 13 E 14 DE JUNHO DO CORRENTE ANO NA LOCALIDADE DE ALDEIA DA PONTE; ---**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de Apoio à Associação de Freguesias da Raia Sabugalense, no valor de 10.000,00 €, para a realização da feira anual denominada Agro Raia, a realizar nos dias 12, 13 e 14 de junho do corrente ano, na localidade de Aldeia da Ponte. -----

**Ponto 11 - ATIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**. Tomando a palavra, disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição.-----

Na sequência de inscrição o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra a: -----



**Joaquim Carreto** na sua intervenção e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, perguntou qual tinha sido o objetivo das reuniões realizadas no dia 10 de março com a Empresa G Pellets e no dia 08 de abril com a Empresa TV Castilla e Leon, após ter marcado presença no dia 23 de março na apresentação pública da XXX Volta a Castilla y Leon, realizada em Belmonte, e no dia 18 de abril na cerimónia do Pódio na meta da Etapa da XXX Volta Ciclista a Castilla León, realizada em Vilar Formoso, estando o Município representado pela senhora Vice-Presidente Maria Delfina Leal.

**Presidente da Junta de Freguesia de Soito**, depois de cumprimentar os presentes e no que à Atividade Municipal prestada pelo Serviço de Contratação Pública dizia respeito, nomeadamente nas Adjudicações – Aquisições de bens e serviços e especificamente ao Ajuste Direto da Revisão do Plano Diretor Municipal adjudicada à firma Síntese – Consultoria em Planeamento, Lda., no valor de 37.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, afirmou que o Plano Diretor Municipal tinha tido diversas revisões e, como Presidente de Junta, nunca vira concretamente nenhum documento alusivo a essas revisões. O Plano Diretor Municipal passava a ser um documento regulamentador no que se referia à construção das áreas urbanas e outro tipo de intervenções e, até à presente data, não lhe tinha sido dado conhecimento, como Presidente de Junta, do seu teor. Assim, perguntou ao senhor Presidente da Câmara em que consistia exatamente esta revisão. -----

Para responder às questões colocadas, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta às questões colocadas pelo senhor Joaquim Carreto, disse: *“Há um conjunto de reuniões que a Câmara Municipal tem desenvolvido com empresas que procuram condições para investir e agilização de processos, sendo uma das missões dos Executivos Municipais a diplomacia económica, no fundo é tentar captar investimentos para o Concelho. A G Pellets é uma empresa da Guarda que veio indagar da possibilidade de instalar uma unidade de fabrico de pellets no Sabugal, tendo-lhe sido fornecidas as condições nessa reunião, sendo processos que estão a decorrer. Alguns vão embora por não acharem condições atrativas para os seus investimentos. A questão da volta a Castilla y Leon foi uma iniciativa desenvolvida pela Associação de Municípios da Cova da Beira no âmbito do projeto Binsal – Beira Interior Norte Salamanca em que este ano a Volta a Castilla Leon teve a segunda etapa no Distrito da Guarda e que também passou no Sabugal.”* -----

Relativamente à questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito respondeu que, infelizmente, enquanto este país não estabilizasse não era fácil construir PDM's porque se trabalhava no sentido de desenvolver um PDM com a legislação existente, aprovava-se o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro e tinha de se alterar o PDM. Os processos eram

2

desenvolvidos por equipas técnicas contratadas por um período de execução determinado, mas se alterassem a Reserva Ecológica Nacional ou a Reserva Agrícola Nacional, o PDM tinha de ser novamente alterado. De qualquer forma o PDM era um documento obrigatório e regulador da atividade urbanística e para além das debilidades e condicionantes da legislação acerca de três anos tinha sido aprovado em reunião de câmara e Assembleia Municipal que, enquanto não tivessem um Plano Estratégico aprovado não avançariam com o PDM, tendo este Plano ficado parado durante algum tempo. Houve uma necessidade de quebrar o vínculo contratual com a Empresa que tinham anteriormente, porque durante dois anos o plano esteve parado para execução do Plano Estratégico do Sabugal. Agora com o Plano Estratégico estavam criadas as condições para desenvolver a revisão definitiva de forma a obter um PDM de nova geração. -----

Aproveitou para dizer que o mais importante para o novo quadro comunitário dos PDM's iriam ser duas figuras que tinham sido aprovadas no ano transato, nomeadamente a delimitação urbana da área de reabilitação urbana do Sabugal e do Soito. -----

Dado, estarem em Sortelha anunciou que era intenção da Presidência criar uma área de reabilitação urbana para a freguesia de Sortelha. Uma área de reabilitação urbana criava condições melhoradas no âmbito dos impostos municipais e de outros impostos para os proprietários da zona envolvida, delimitavam uma área de intervenção, definia quais as características das intervenções a executar e como estavam a prever que no âmbito do novo quadro comunitário e mais propriamente no âmbito da mobilidade e da regeneração de eficiência energética possam existir alguns fundos que permitam modificar a situação no âmbito das Aldeias Históricas. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

Por solicitação do senhor João Carlos Taborda Manata e aceite pelo Presidente da Assembleia foi feito **UM MINUTO DE SILÊNCIO, em memória do pai do senhor João Manuel Aristides Duarte**. -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

**José Cunha Antunes**, na sua intervenção, disse: -----



*“Gosto muito de Sortelha e há cerca de quarenta anos que venho dizendo que gosto de Sortelha e da sua paisagem. -----*

*Apraz-me ouvir da boca do senhor Presidente da Câmara o empenho que disse estar a levar a cabo para a reabertura do Tribunal do Sabugal. Oxalá que tenha bom sucesso e que não esmoreça nessa sua boa vontade, porque com a sua reabertura todo o Concelho do Sabugal e não só, tem muito a beneficiar. Com o seu encerramento, como sabemos, para além de, às pessoas ser negada uma justiça de proximidade também com isso ficaram altamente prejudicadas as pessoas que se dedicam à restauração, ao serviço de transporte, à advocacia, solicitadoria, etc.” -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para anunciar o seguinte:-----

*“Para encerrar esta sessão e visto que estarmos em Sortelha, deixei este anúncio para o final. Quando vos falei da reunião com a Direção das Aldeias Históricas, do qual agora também sou Vice-Presidente e o facto de termos decidido abrir um processo na área da reabilitação urbana de Sortelha, requalificando-a ainda mais, porque a Direção das Aldeias Históricas decidiu no próximo quadro comunitário, o projeto âncora das 12 Aldeias Históricas de Portugal vai ser adquirir a classificação e integração de Sortelha como património da humanidade das Aldeias Históricas de Portugal.” -----*

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O **Presidente da Assembleia**,



Manuel Augusto Meirinho Martins

A **Assistente Técnica**,



Isabel Gonçalves